

HISTÓRIA, POLÍTICA, EDUCAÇÃO: UMA ABORDAGEM DA PERSPECTIVA DO MATERIALISMO HISTÓRICO

Dra. Anita Helena Schlesener [✉](mailto:anita@ueo.br) 0000-0002-5185-2604
Dr. Adnilson José da Silva [✉](mailto:adnilson@ueo.br) 0000-0001-8034-2921
Dr. Vicente Estevam Sandeski [✉](mailto:vicente@ueo.br) 0000-0000-0000-0000
Universidade Tuiuti do Paraná

RESUMO: Este artigo retoma alguns fragmentos dos escritos de Antonio Gramsci e de Walter Benjamin para algumas reflexões sobre a articulação entre história e política, com desdobramentos na educação. Embora sejam clássicos da filosofia voltados a entender as contradições de seu tempo, estes autores nos mostram que, no curso da história moderna, a cultura dominante marginaliza a cultura das classes populares, apaga do seu

imaginário o significado político e histórico do seu pensamento, das suas lutas e de suas ações coletivas, tanto no seu caráter específico e popular quanto em sua forma de resistência. De forma introdutória, visto a profundidade e extensão da produção intelectual destes autores, salientamos a importância da história e da historiografia da perspectiva do materialismo histórico.

PALAVRAS-CHAVE: História; Antonio Gramsci; Walter Benjamin.

HISTORY, POLITICS, EDUCATION: AN APPROACH FROM THE PERSPECTIVE OF HISTORICAL MATERIALISM

ABSTRACT: This article takes back some fragments of Antonio Gramsci and Walter Benjamin's writings for some reflections on the articulation between history and politics, with unfolding in education. Although they are classics of philosophy aimed at understanding the contradictions of their time, these authors show us that, in the course of modern history, the dominant culture marginalizes the culture of the popular classes, erasing from their

imagination the political and historical meaning of their thinking, their struggles and their collective actions, both in their specific and popular character and in their form of resistance. In an introductory way, given the depth and extent of the intellectual production of these authors, we stress the importance of history and historiography from the perspective of historical materialism.

KEYWORDS: History; Antonio Gramsci; Walter Benjamin.



1 APRESENTAÇÃO

É a reminiscência que prescreve, com rigor, o modo de textura (BENJAMIN, 1985, p. 37).

A presente reflexão parte do entendimento de que toda educação é política e que a luta de classes se efetiva no cotidiano social e escolar como confronto entre dois projetos de sociedade: o neoliberal, de interesse das classes dominantes, e o social, relevante para as classes trabalhadoras, a quem se dirige a educação pública. Desta perspectiva, a política e a educação inserem-se no contexto amplo da filosofia da praxis, entendida como articulação entre teoria e prática que se efetiva no movimento histórico.

A grande ruptura que o materialismo histórico estabeleceu com a filosofia metafísica pressupõe o rompimento com uma história factual e hipotética para abrir a senda da leitura do passado no presente, como Gramsci (1978, p. 871) acentua no Caderno 7, ao abordar o tema *Estrutura e Superestrutura, Economia e Ideologia*, acentua a necessidade de retomar textos de Marx como “O 18 Brumário, Revolução e Contrarrevolução na Alemanha, A Guerra civil na França e outros texto menores”, para fixar a metodologia histórica marxista a fim de interpretar e entender o movimento histórico. Nestas obras pode-se verificar a cautela de Marx em explicitar a questão do método e mostrar as dificuldades em identificar a estrutura e seu movimento a partir das ações políticas para evitar possíveis erros de análise.

A partir de Marx, a filosofia deixa de ser mera abstração idealista para se tornar análise da realidade efetiva das coisas, do conjunto estruturado das relações de produção e seus desdobramentos na formação social, política e ideológica da sociedade. Desta perspectiva, a filosofia se identifica com a história e esta se traduz no movimento de produção e superação das contradições no embate entre as forças que defendem determinados projetos de sociedade. Trata-se de compreender o movimento do real enquanto dominação econômica que se sustenta e se reproduz nas relações sociais a partir do modo como uma



concepção de mundo ou um modo de vida se dissemina para consolidar e manter uma prática de poder. Neste contexto, a educação assume uma importância fundamental para a formação de sujeitos adaptados a esta situação ou para a formação de sujeitos críticos e a educação escolar se insere nestas disputas, visto que no seu interior se embatem dois projetos de sociedade.

A partir destes pressupostos, retomamos algumas colocações de Gramsci sobre as noções de história e historiografia, elaboradas no conjunto de seus escritos carcerários para cotejá-las com a perspectiva de Benjamin, ainda que de forma introdutória, visto que o trabalho destes dois autores apresenta uma profundidade que não se pode abarcar no contexto de um artigo. A partir de alguns recortes da vasta obra de Gramsci e de Benjamin, tentamos explicitar a relação e articulação intrínseca entre história, política e educação, tomando este último conceito em seu significado amplo de formação social para a vida. Estes autores desenvolvem suas análises no contexto dos grandes conflitos mundiais que aconteceram nas primeiras décadas do século XX na Europa e com o olhar voltado para a Revolução Russa de 1917, cenário que lhes deu expectativas em relação aos movimentos operários. Este contexto fez com que algumas de suas leituras se aproximassem, embora nenhum deles tivesse notícia do outro.

De Gramsci, retomamos fragmentos dos Cadernos 8, 10 e 25, ou seja, breves pinceladas para definir os conceitos de história e historiografia na sua articulação com a política. De Benjamin, fazemos uma breve leitura de algumas da Teses sobre o conceito de História, sua mais radical e contemporânea contribuição.

2 HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA: OBSERVAÇÕES SOBRE GRAMSCI E BENJAMIN

Sentir a revolução dos dois lados: ou então, mostrar que as coisas não são tão “seráficas” nem tão “lucíferas” quanto alguns tentam fazer parecer (BAUDELAIRE, 1995).



Iniciamos com um pressuposto fundamental para esclarecer o conceito gramsciano de história, retirado do Caderno 10, a propósito da crítica ao pensamento de Benedetto Croce: a identificação entre história e política, de modo que todo historiador é um político e vice-versa, “não apenas no sentido que faz história, mas no sentido que, agindo no presente, interpreta o passado”, relação que permite dizer que a “história é sempre história contemporânea, isto é, política” (GRAMSCI, 1978, p. 1242).

Este primeiro pressuposto nos leva a outro: Gramsci acentua que “cada fase histórica real deixa traços de si nas fases sucessivas, que se tornam, em certo sentido, seu melhor documento”, ou seja, os atos do passado deixam sinais ou consequências no presente. O processo de desenvolvimento histórico é unitário no tempo: “o presente contém todo o passado e este se realiza no presente naquilo que é ‘essencial’ sem resíduo de um ‘incognoscível’ que seria a verdadeira ‘essência’ (GRAMSCI, 1978, p. 873). A verdadeira essência se encontra na realidade efetiva das coisas.

Interessante notar que esta posição sobre os traços do passado no presente, mantidas as devidas proporções, também é a de Benjamin (1989, p. 479), que acentua que a história se revela como uma trama de fios, um bordado que nos mostra no seu avesso a “intromissão do passado na textura do presente”, ao qual cabe a tarefa de articular de modo dialético os fios perdidos. A memória nos traz o passado, “despertado por uma sensação inadvertida, a romper e a confundir a ordem dos anos e dos mundos”, portando uma nova significação ao presente (SCHLESENER, 2011, p. 209).

Ambos os autores acentuam que a leitura pontual e linear da história é o ponto de vista dos vencedores, sendo que a história dos vencidos se esconde naquilo que, para Gramsci (1978, p. 873), “ficou perdido”, ou seja, “não foi transmitido dialeticamente no processo histórico” porque na perspectiva dominante “era irrelevante”, era o resíduo “casual e contingente”, episódio superficial e insignificante. Para Benjamin (1985, p. 225), como se apresenta na Tese 7, “todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que



os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão”. Os despojos são os bens culturais apropriados e ressignificados conforme os interesses dominantes.

Se Benjamin acentua a necessidade de escrever uma história materialista da cultura, Gramsci afirma que a fragilidade política das classes subalternas se deve, precisamente, ao fato de não conhecerem a sua história. Para ambos, um historiador materialista não pode perder de vista a luta de classes, que é a luta cotidiana pela sobrevivência num mundo no qual a violência faz parte da estrutura, é a forma e o conteúdo de uma realidade construída sobre a exploração do trabalho, garantida pela estrutura do Estado e pela consolidação de uma concepção de mundo homogênea baseada numa ideia abstrata e idealista de cultura.

A história se identifica com a política, tanto que, para Gramsci (1978, p. 372), a unidade histórica da classe dominante se concretiza no domínio do Estado e “a sua história é essencialmente a história dos Estados e dos grupos de Estados”, a partir dos quais se exerce a dominação. Para as classes subalternas a unidade não acontece e a sua história se oculta nas dobras da história oficial.

Para Benjamin (1985, p. 225), a identificação entre história e política se efetiva pela apropriação dos bens culturais, sobre os quais o historiador materialista “não pode refletir sem horror”, pois não se devem apenas ao trabalho dos gênios criadores, mas à “massa anônima dos seus contemporâneos. Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie”.

Desta perspectiva, a história é o fulcro da luta de classes nas suas mais variadas formas, o que se torna evidente para Gramsci na posição de Croce, intelectual formador de um modo de pensar liberal hegemônico na Itália. Na linguagem especulativa de Croce, assim como nas expressões do materialismo vulgar, pode-se identificar traços da filosofia da praxis apropriada sem a compreensão devida da relação teoria e prática, sem a verdadeira apreensão da dialética. A luta de classes se efetiva, assim, pela divulgação da ideologia, meio



político de formar um consenso passivo a partir da assimilação do ideário liberal (ou neoliberal, como neste início de século).

Assumir as tarefas mais recentes no âmbito da luta de classes implica renovar a cultura por meio da política: “criar uma nova cultura integral, que tenha as características de massa da Reforma Protestante, o iluminismo francês”, o pensamento clássico grego e o Renascimento Italiano, ou seja, uma cultura integral que unifique história e política no processo de educação das classes subalternas como condição de emancipação política e cultural. Uma cultura que “não seja apenas inventariada, mas transformada em vida operante”, o que implica também acertar as contas com os intelectuais que, como Croce, se lançam com obstinação contra a filosofia da praxis ou, como Bukharin, que fazem dela uma interpretação mecanicista. Seria preciso escrever um “*Anti-Croce* que, na atmosfera cultural moderna, pudesse ter o significado e a importância que teve o *Anti-During*” para a geração que precedeu a Primeira Guerra Mundial. Uma crítica que, na Itália, deveria estender-se a Gentile, abarcando a sua teoria da educação (GRAMSCI, 1978, p. 1233-1234).

Gramsci explicita o modo como a luta de classes se apresenta na interpretação da história, acentuando que:

A história dos grupos sociais subalternos é necessariamente desagregada e episódica. Sem dúvida é na atividade histórica destes grupos que a tendência para a unificação, seja apenas no plano provisório, é uma tendência continuamente rompida pela iniciativa dos grupos dominantes e, portanto, podendo ser demonstrada apenas com o ciclo histórico completado, isso se este se conclui com sucesso. Os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e se insurgem: somente a vitória “permanente” quebra, e não imediatamente, a subordinação (GRAMSCI, 1978, p. 2283).

Gramsci (1978, Q. 25) acentua as dificuldades desta luta e que mesmo o triunfo pode não traduzir uma situação de vitória e de iniciativa autônoma, mas sim de um estado de defesa, visto que a identidade de classe e a autonomia política se constroem na ação continuada, que geralmente nasce de forma



espontânea, mas precisa gerar no seu interior uma direção consistente, difícil de elaborar porque tem como força contrária a atuação continuada dos intelectuais que defendem a hegemonia dominante.

Retomando a Tese 7 de Benjamin (1985, p. 225), a fragilidade descrita por Gramsci pela falta de uma consciência histórica pode ser relacionada com o método da empatia: “sua origem é a inercia do coração, a *acedia*, que desespera de apropriar-se da verdadeira imagem histórica, em seu relampejar fugaz”. Explicitando o conceito medieval de *acedia* como tristeza, Benjamin acentua que a historiografia nascida da prática política socialdemocrata se expressa como uma relação de empatia com o vencedor, que “beneficia sempre os dominadores”, pois a adesão à ideia de progresso como fio condutor da história, retira das lutas sociais e políticas a sua radicalidade e adapta o oprimido às formas de opressão mascaradas pela ideologia. Romper com a dominação implica uma atitude radical, revolucionária, como a descrita na Tese 14:

A história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de “agoras”. Assim, a Roma antiga era para Robespierre um passado carregado de “agoras”, que ele fez explodir do continuum da história. A Revolução Francesa se via como uma Roma ressurreta. Ela citava a Roma antiga como a moda cita um vestuário antigo. A moda tem um faro para o atual, onde quer que ele esteja na folhagem do antigamente. Ela é um salto de tigre em direção ao passado. Somente, ele se dá numa arena comandada pela classe dominante. O mesmo salto, sob o livre céu da história, é o salto dialético da Revolução, como o concebeu Marx (BENJAMIN, 1985, p. 229-230).

Esta Tese, leitura de *O 18 Brumário*, acentua que os rastros do passado precisam ser identificados no presente, na história das lutas de classes, que a história idealista não conta porque não interessa dos dominadores. Uma história materialista da cultura precisa mostrar esta luta, as possibilidades não realizadas e que dariam uma outra configuração ao presente e que continuam sendo uma promessa de futuro, pois as lutas permanecem latentes. O fato de se



ter perdido uma luta não significa que os motivos da luta não tenham sido verdadeiros e que o sangue derramado não tenha sentido histórico.

Como acentua Marx em *O 18 Brumário*, as revoluções proletárias “parecem derrubar seu adversário apenas para que este possa retirar da terra novas forças e erguer-se novamente agigantado diante delas”, mas é necessário criar uma situação que torne “impossível qualquer retrocesso” (MARX, 1974, p. 338). Esta é uma tarefa de gigantes e o historiador materialista precisa reconhecer os sinais dos acontecimentos, a “oportunidade revolucionária de lutar por um passado oprimido”, para extrair “uma época determinada do curso homogêneo da história” para renovar o tempo e a vida (BENJAMIN, 1985, p. 231).

Para Benjamin o passado possui uma grandeza porque guarda sinais do futuro não vivido, isto é, das possibilidades desejadas, frustradas, sufocadas, reprimidas; a memória instaura o elo criador entre gerações à medida que possibilita retomar tais sinais que permitiriam reconstruir o presente. A tradição assume um novo significado porque é portadora dos sinais históricos, em grande parte inconscientes, da experiência perdida, tanto do ponto de vista individual quanto coletivo. Uma história materialista da cultura tem a tarefa de despertar estas forças latentes no presente entendendo a tradição como aquilo que, esquecido, mas ainda presente, pode ser a energia construtora de uma nova realidade.

Esta leitura da história nos remete novamente ao texto de Gramsci (1978, p. 2288) para retomar seu programa de pesquisa sobre a história das classes subalternas, agora no sentido do “espírito de cisão”, que o historiador materialista precisa identificar. Para tanto, faz-se necessário estudar: a) a “formação objetiva dos grupos sociais subalternos” a partir dos relações mantidas no mundo da produção econômica e seus desdobramentos ideológicos; b) a sua adesão “ativa ou passiva às formações políticas dominantes, as tentativas de influir sobre programas destas formações para impor reivindicações próprias”; c) o nascimento de novos partidos dos grupos



dominantes para manter o controle político e ideológico dos grupos subalternos; d) a “formação própria dos grupos subalternos por reivindicações de caráter restrito e parcial”; e) as novas “formações que afirmam a autonomia dos grupos subalternos porém nos velhos quadros”; f) as “formações que afirmam a autonomia integral”, etc.

Este programa de estudos demonstra que o tema é complexo, mas fundamental para explicitar o processo de luta de classes e as estratégias necessárias para a formação do “espírito de cisão” e o grau de “consciência histórico-política progressivamente alcançada por estas forças inovadoras nas suas várias fases” evitando, assim, o risco de uma história unilateral, mistificadora do modo de pensar dos grupos subalternos (GRAMSCI, 1978, p. 2288).

No curso de seus escritos e principalmente no Caderno 25, Gramsci acentua a importância de o historiador materialista evidenciar as aspirações mais elementares de autonomia dos grupos subalternos, daqueles que são mantidos à margem da história. A tarefa deste historiador é mostrar o significado histórico e político dos movimentos sociais e das reivindicações populares, fato que salienta no fragmento sobre David Lazzaretti, um líder de um movimento camponês que, com forte simpatia pela Comuna de Paris, defendia a instauração da República italiana e foi perseguido e assassinado em 1878 (Q., 25, p. 2279-2280).

Gramsci acentua neste fragmento que a classe dominante não tem interesse em valorizar um movimento coletivo e nem sabe “as razões de sua difusão e do seu ser coletivo”, até porque usa como estratégia política e ideológica valorizar o individual para, em caso de agravamento do conflito, matar o líder para dispersar o movimento. A prática é “isolar o dirigente fazendo a sua biografia patológica, muitas vezes tomando como ponto de partida razões não verificadas ou interpretadas de modo diverso”; para uma determinada elite social as lutas de resistência dos grupos subalternos são movidas por interesses bárbaros e patológicos (GRAMSCI, 1978, p. 2279). No caso da história brasileira,



basta lembrar a guerra do Contestado, o movimento de Canudos ou mesmo as rebeliões de escravos.

Os homens políticos não se ocupam do fato que o assassinato de Lazzaretti foi de uma crueldade feroz e friamente premeditada (na realidade Lazzaretti foi fuzilado e não morto em combate: seria interessante conhecer a investigação confidenciais enviadas pelo governo às autoridades); nem os republicanos se ocuparam (pesquisar e verificar) embora Lazzaretti tenha morrido exaltando a República (GRAMSCI, 1978, p. 2280).

Um historiador materialista deveria levantar os dados ocultos desta história, as características específicas dos movimentos camponeses de resistência, a sua espontaneidade inicial e o seu processo coletivo de formação política no movimento das ações e confrontos. A estratégia desmobilizadora utilizada pelos dominantes descaracteriza o movimento enquanto um coletivo e concentra-se na direção, de modo a confundir os próprios participantes. Para tanto, “reduzem-se as questões de princípio ou gerais a conflitos diferenças particulares, a casos de ambição individual” a fim de desviar o interesse do público e formar opinião equivocada sobre o fato: o “público se torna mero ‘expectador’ de uma luta de gladiadores”; o objetivo principal se perde e é como se o público estivesse diante de um jogo devendo torcer para um dos lados (GRAMSCI, 1978, p. 982).

Na perspectiva das Teses de Benjamin (1985, p. 227), a gravidade da exploração e da mistificação exercida pela classe dominante exige medidas radicais de formação e de luta política, para evitar o conformismo resultante da ideia de progresso beneficiando a todos. O “conformismo, que sempre esteve em seu elemento na socialdemocracia, não condiciona apenas suas táticas políticas, mas também suas ideias econômicas”. O pressuposto do conformismo é a crença de que o progresso, a técnica, o trabalho em geral, são neutros, ou seja, o conformismo leva a uma adaptação ao instituído navegando na crença de que as relações econômicas e sociais são naturais. Oculta-se, no conformismo, o



conflito gerado no movimento histórico pela exploração do trabalho, da técnica e do progresso para fins de acumulação capitalista. Benjamin alerta para o que Marx já dizia em a *Crítica ao Programa de Gotha*, que não é o trabalho que gera a riqueza, mas a exploração do trabalho porque o “homem que não possui outra propriedade que a sua força de trabalho está condenado a ser ‘escravo de outros homens, que se tornaram... proprietários’”. Mas a interpretação equivocada das relações de trabalho continuou no curso dos anos no conjunto da socialdemocracia, cujo interesse “se dirigia apenas aos progressos na dominação da natureza e não aos retrocessos na organização da sociedade”.

Para Lowy (2005, p. 66), superar o conformismo implica dar um novo significado à tradição e “restituir à história sua dimensão de subversão da ordem estabelecida, edulcorada, obliterada ou negada” pela história idealista dos vencedores, cujo instrumento maior de alienação é a ideia de que existe uma neutralidade da história. Toda a história narrada da perspectiva da neutralidade traz implícitos os sinais da dominação.

Benjamin, foi um crítico ferrenho da socialdemocracia porque via a necessidade de demarcar uma cisão radical entre a sua forma de entender a história e as sobrevivências do positivismo na política e na concepção de história do marxismo desta corrente que se dizia herdeira de Marx. As Teses questionam a política e a noção de história de uma época para mostrar que se trata de um conformismo que mistifica a luta das classes populares. A necessidade de superar o conformismo implica, entre outras coisas, superar a temporalidade linear e progressiva, os nexos causais que sustentam a história idealista, por uma história que saliente as contradições na luta dos oprimidos: deixar “de desfiar entre os dedos os acontecimentos, como as contas de um rosário”. Importa entender o contexto, a configuração na qual o passado se manifesta no presente, mostra seus sinais. A tarefa de ler tais sinais é do historiador materialista, não apenas para compreender o presente, mas para esclarecer as possibilidades de futuro pela mediação dos sinais do passado. Para tanto,



precisamos destruir a imagem do passado que a história dos vencedores nos legou e buscar nas suas dobras a história dos vencidos.

3 BREVE CONCLUSÃO

Flores adornam as diversas estações deste calvário. São as flores do mal (BENJAMIN, 1985b).

Esta leitura da história e da historiografia pode nos dizer muito sobre a tarefa dos intelectuais comprometidos com as classes subalternas neste início de século XXI: o que estamos fazendo em termos críticos em relação ao pós-moderno? Como enfrentar a disseminação do ideário neoliberal no senso comum, o seu individualismo, o engano do empreendedorismo e a ameaça à democracia? Qual a crítica aos meios de comunicação de massa que formam cotidianamente o modo de pensar das massas apresentando apenas uma versão dos fatos? A luta de classes implica também uma batalha de ideias, uma apropriação da linguagem crítica e sua divulgação nos movimentos sociais.

“Para a filosofia da praxis o próprio método especulativo não é futilidade, mas é fecundo por seu valor ‘instrumental’ no desenvolvimento da cultura” e servem para entender a função política dos grandes intelectuais na formação ideológica das classes subalternas (GRAMSCI, 1978, p. 1235). Gramsci demonstra a força de diluição e de confusão mental que estes intelectuais podem fazer entre as massas populares. Benjamin (1985, p. 227) os acusa dentro do próprio movimento dos trabalhadores, ao usarem o método da empatia, ao assumirem a ideia de progresso como neutra e natural e convida a arrancar a política das malhas destes traidores. Com Benjamin aprendemos o que significa uma história que retoma o passado no presente, mas está voltada para o futuro, mostrando “qual o peso da técnica numa sociedade marcada pelo signo do progresso” (SCHLESENER, 2011, p. 22).

Retomamos ainda a relação teoria e prática a partir do embate das forças que permeiam o conjunto das relações sociais: a grande contribuição da filosofia



da práxis se encontra no método dialético que nos incita a identificar as contradições que permeiam a realidade efetiva das coisas, que nos leva a evidenciar a alienação que toma a subjetividade de todos os indivíduos numa sociedade envolta no fetichismo da mercadoria, a partir da inversão fundamental que não valoriza o trabalho, mas as coisas produzidas a serem consumidas. Um método que nos ensina a ver o bordado do mundo do lado do avesso, para trazer à luz tudo o que se esconde no interesse das classes dominantes (SCHLESENER, 2016). Esta é uma das contribuições destes clássicos da filosofia que, voltados a entender as contradições de seu tempo, nos legaram instrumentos fundamentais para a análise e compreensão dos conflitos que perpassam a nossa realidade.

Gramsci e Benjamin nos mostram que, no curso da história moderna, a cultura dominante marginaliza a cultura e o modo de ser das classes populares, apaga do seu imaginário o significado político e histórico do seu pensamento, das suas lutas e de suas ações coletivas, tanto no seu caráter específico e popular quanto em sua forma de resistência. Embora em outro momento, com outros complicadores ideológicos, a situação continua a mesma e a estratégia de marginalizar e excluir toma dimensões imensas, a ponto de reduzir as ações populares à invisibilidade social. Esta história precisa ser explicitada, como forma de enfrentamento da passividade à qual somos reduzidos pela cultura dominante.

Estas breves observações sobre história e historiografia a partir dos escritos de Gramsci e de Benjamin merecem um futuro aprofundamento, mas entendemos que são importantes para explicitar algumas questões fundamentais do processo educacional brasileiro no sentido de mostrar a necessidade do ensino da história a partir de perspectivas que rompem com o ideário liberal e neoliberal ou pós-moderno que permeiam os manuais didáticos e que pressupõe uma história universal.

A história, a filosofia, a sociologia, são necessárias na escola para a formação integral das crianças e jovens, para a formação de um pensamento



autônomo e crítico, fundamental para a sua concepção de mundo e a sua participação ativa na sociedade.

REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, Walter. *Gesammelte Schriften Band II-2*. Frankfurt-a.M, Suhrkamp, 1989.
- BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BENJAMIN, Walter. **Benjamin** (coletânea Grandes Cientistas Sociais). São Paulo: Ática, 1985b.
- GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del Carcere**. Torino: Einaudi, 1978.
- LOWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- SCHLESENER, Anita Helena. **Grilhões Invisíveis – as dimensões da ideologia, as condições de subalternidade e a educação em Gramsci**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.
- SCHLESENER, Anita Helena. **Os tempos da História – leituras de Walter Benjamin**. Brasília: Liber Livro, 2011.

Recebido em: 05-03-2020

Aceito em: 16-04-2020

